

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

Thaís Batista Rosa Moreira*

Resumo: O começo do século XX, permeado por diversos movimentos políticos no contexto brasileiro, bem como internacional, foi um momento chave para a articulação das pautas feministas de emancipação e reivindicação de direitos. No Brasil, a questão ganhou evidência principalmente após a proposta de emenda constitucional favorável ao sufrágio em 1917, além da criação da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* em 1922. Ações como essas despertaram diversos posicionamentos contrários na opinião pública, que se utilizou de diferentes linguagens para deslegitimar as demandas feministas. A proposta desse artigo é analisar os manejos de ideias essencialistas de gênero para defender posicionamentos antifeministas e antissufragistas no período entre 1922 e 1931. Dentre caricaturas e anedotas, algumas edições das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta* – de grande tiragem na cidade do Rio de Janeiro – trouxeram o tema da emancipação feminina e do sufrágio de forma satírica ao público leitor. Propomos a hipótese de que esse setor da imprensa, em especial, teve papel de destaque como porta-voz das críticas ao movimento sufragista-feminista. Para isso, traçamos uma reflexão sobre como operaram os discursos humorísticos, em especial a ironia, e seus propósitos como linguagem para criticar as(os) militantes pelos direitos civis e políticos para mulheres no período em questão.

Palavras-chaves: antifeminismo; essencialismo de gênero; imprensa ilustrada; ironia; sufrágio feminino;

*Cursando graduação em História (FFLCH-USP). Bolsista de Iniciação Científica pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) entre outubro de 2017 a setembro de 2018, orientada pela Prof^a Dr^a Stella Maris Scatena Franco Vilaradaga. Integrante do Grupo de Pesquisa em Gênero e História (GRUPEG-HIST). E-mail para contato: thais.moreira@usp.br

Introdução - O movimento feminista sufragista brasileiro

No ano de 1917 o mundo passava por momentos marcantes, como o desdobrar da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Bolchevique. Os movimentos sufragistas se articulavam em diversos países, como na Inglaterra, onde as *suffragettes* chamaram atenção pela atuação incisiva através das táticas de desobediência civil. No Brasil, além da Greve Geral dos trabalhadores da indústria e do comércio, a questão do voto feminino ganhou visibilidade no debate político com a apresentação da emenda nº 47, de 12 de março de 1917, proposta pelo deputado federal Maurício de Lacerda¹. Em novembro do mesmo ano, Leolinda Daltro, fundadora em 1910 do Partido Republicano Feminino (PRF), organizou uma passeata com 84 mulheres no Rio de Janeiro. (PINTO, 2003, p.19). A partir de então a luta feminista no Brasil se sustentou de diversas formas, com a criação da *Liga para Emancipação Intelectual da Mulher*, em 1919 e a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, em 1922 – este último muito atrelado à figura de Bertha Lutz, vista já na época como uma líder do movimento sufragista.

Entretanto, a demanda pelo voto feminino não angariou apoio das massas e nem pretendia colocar-se em oposição ao regime político oligárquico (ALVES, 1980). Desse modo, a luta pela emancipação política das mulheres se construiu em um ambiente de cidadania precária. Isso porque o sistema republicano se consolidava pela manutenção da iniquidade das estruturas sociais, por meio de um federalismo difuso que acentuou as distâncias entre as diversas regiões do país; assim, a República deu continuidade à geografia oligárquica do poder que, desde o Império, diluía o formalismo do Estado e das instituições (SALIBA, 2002, p. 67). Entre processos eleitorais em que a maioria dos votos apenas sancionava as composições e articulações dos grupos dominantes, as sufragistas brasileiras dirigiram seus esforços no sentido de influenciar o Congresso e a imprensa, fazendo proveito de sua posição de clas-

¹Apesar das discussões remeterem à Assembleia Constituinte de 1891, o projeto de alteração da lei proposto em 1917 foi a primeira tentativa parlamentar de tornar constitucional o sufrágio feminino. Importante ressaltar que as reivindicações por direitos já eram feitas por setores feministas desde o final do século XIX e por militantes atuantes na época, como a professora Leolinda de Figueiredo Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino (PRF) em 1910 (KARAWEJCZYK, 2013, p.228).

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

se (ALVES, 1980, p. 138). A atuação feminista, entre o tradicionalismo e a tática, pautou reivindicações de cidadania, prioritariamente o voto, como também o direito à educação e o amparo à profissionalização, articulando concepções paternalistas e assistencialistas da época (SOIHET, 2000).

A trajetória sufragista brasileira foi tratada em diversos trabalhos acadêmicos², no entanto, não podemos perder de vista uma contínua produção crítica acerca do tema. A interpretação do movimento feminista da época como estritamente “reformista” e “burguês”, em um tom que buscou muitas vezes atribuir juízo de valor, parece ainda bastante forte na historiografia. Nesse sentido, ressaltamos a importância da crítica bibliográfica feita por Rachel Soihet, que apontou, em seu texto *A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz* (2000), ressalvas importantes quanto ao anacronismo presente em algumas obras que trataram do assunto. Além disso, salvo poucas exceções, estudos acerca do antifeminismo difundido durante as primeiras décadas do século XX ainda são escassos. Nesse sentido, este trabalho se dedica a contribuir com as reflexões sobre o tema, por meio da análise de publicações específicas, presentes em duas importantes revistas ilustradas humorísticas do Rio de Janeiro, *O Malho* e *Careta*. As revistas são lugar de memória, e assim, possibilitam a análise do movimento das ideias que conformam uma época (VELLOSO, 2010, p.44), bem como o humor, que ao canalizar ódios e ressentimentos, transforma-se numa forma privilegiada, embora efêmera, de representação da sociedade (SALIBA, 2002, p.113).

Diante disso, buscamos brevemente discutir como as concepções essencialistas de gênero apareceram nos textos e nas imagens reproduzidas em *O Malho* e *Careta*. O texto se organiza de forma a, primeiramente, descrever as particularidades das revistas ilustradas hu-

² Algumas autoras dedicadas ao tema que podemos citar são: Branca Moreira Alves, Céli Regina Jardim Pinto, June Hahner e Mônica Karawejczyk.

morísticas e seu contexto de produção. Em seguida, uma breve recapitulação teórica sobre a categoria da ironia. Por fim, analisaremos as fontes destacadas, os seus contextos de produção e como o discurso essencialista de gênero pela linguagem do humor se expressa em cada uma das críticas antifeministas.

Para isso, fazemos uso do conceito delimitado por Joan Scott de ‘gênero’ como categoria de análise histórica na medida em que expressa “a organização social da diferença sexual” (SCOTT, 2008, p.24). O antifeminismo, por sua vez, nada mais é que uma de forma de expressão do sexismo – sistema social que institui, alimenta, mantém e reproduz sentimentos de ódio e desprezo às mulheres (DEVREUX; LAMOUREUX, 2012, p.5). No contexto dos anos 1920, assumiu por vezes a forma de antissufragismo na medida em que a pauta do direito ao voto protagonizou discussões na imprensa. O termo “essencialismo” diz respeito à concepção das diferenças sexuais como de teor “natural” e imutável – seja ele atrelado ao discurso religioso, como também no sentido biológico. Desse modo, refere-se ao sentido filosófico, como corrente do pensamento que defende que os sujeitos e o mundo que o cerca possuem propriedades essenciais. (PEREIRA; BALTHAZAR, 2019, p. 222)³. Por trás das anedotas e caricaturas publicadas, os ditos atributos “masculinos” e “femininos” eram postos como inatos, próprios da “essência” e da “natureza humana”, justificando e produzindo as ironias e as ridicularizações do movimento feminista e das militantes sufragistas.

As sátiras políticas das revistas ilustradas humorísticas

As revistas ilustradas que circularam no início do século XX diferenciavam-se das publicações até então difundidas durante o século XIX. No aspecto técnico, novos desenvolvimentos de impressão e reprodução mudaram drasticamente a dinâmica de produção e de circu-

³ Ressaltamos que a ideia de “essência feminina” também pode ser utilizada pelos próprios discursos feministas, tanto teoricamente, como a concepção do “feminismo da diferença” articulado por estudiosas como Luce Irigaray e Hélène Ciroux, bem como está presente no caso do “essencialismo estratégico” das articulações feministas militantes. De todo modo, essas categorias não serão aprofundadas nesse artigo, uma vez que as fontes aqui tratadas repercutem posicionamentos e discursos antifeministas.

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

lação dos periódicos. Do ponto de vista da linguagem humorística, a *Belle Époque* representou um momento de crise e desarticulação do sistema de valores do “bom” riso (caracterizado como pouco rancoroso e ingênuo) e o “mau” riso (atrelado a narrativas mais agressivas, que citavam explicitamente nomes e faziam uso de conotações degradantes e grotescas, compostas muitas vezes por rixas políticas e desafetos pessoais). Desse modo, a marca da expressão humorística da época foi justamente a ambiguidade, a ambivalência dos “tipos” de riso. Se por um lado, o humor mais agressivo continuava proscrito e sujeito à censura das publicações (SALIBA, 2002, p.118), por outro, as chacotas que manejavam concepções de gênero eram toleradas em diversas circunstâncias. A crise do “bom” e “mau” riso é manifestada por discursos ambíguos, dados pelas inúmeras e incertas correntes literárias predominantes do período, com a amálgama de temporalidades, projeção do passado no futuro e deslocamentos de significados da vida e da história (SALIBA, 2002, p.69).

Ademais, o meio de comunicação semanal passou a compreender o público não apenas como leitor, mas principalmente como consumidor. Revistas como *O Malho* e *Careta* eram baratas, bem impressas e atingiam o grande público nacional e internacional, expondo conteúdos diversos, imagens e propagandas (CORRÊA, 2012, p.71). Além disso, diferenciavam-se dos jornais diários não apenas pela periodicidade, como também pelo formato e pelas abordagens. Desse modo, os leitores – e ouvintes⁴ – de revistas ilustradas eram indivíduos interessados no contexto político e cultural do país, que, no entanto, buscavam informações e entretenimento ao mesmo tempo (CORRÊA, 2012, p.93). O semanário *Careta*, fundado em 1908, era propriedade da família Schmidt, enquanto *O Malho* fora fundado em 1902 pelos políticos Luis Bartholomeu Antonio Agnello de Souza e Filho e Antonio Azeredo, conjuntamente com o caricaturista Crispino do Amaral. Ambos os semanários foram amplamente consu-

⁴ O censo realizado no Brasil no ano de 1891 apontou para uma taxa de analfabetismo em torno de 82,6%; no entanto, o contexto carioca é particularmente excepcional, pois, na mesma década, registram-se em média 400 mil leitores na capital. Por outro lado, a prática de leituras coletivas em voz alta era comum, o que é importante ao considerarmos a difusão das ideias impressas na época.

midos pela classe média, no entanto, *O Malho* buscava dialogar com as classes trabalhadoras de forma mais incisiva, tendo em vista a própria nomenclatura “malhar” – o processo metalinguístico que denota o ato de criticar verbalmente alguém. As publicações humorísticas foram um instrumento de ataque aos oponentes políticos em vários momentos⁵, o que nos é particularmente importante para compreender que o posicionamento hegemônico de descrédito à demanda do voto feminino foi projetado e intencional, mesmo que diluído por entre anedotas.

Do ponto de vista teórico, Henri Bergson (1978) e Quentin Skinner (2002) apontaram a existência de um humor que visa a ridicularização e destruição do outro – diferente de Nancy Walker (1988), Regina Barreca (1991) e Umberto Eco (2011), que destacaram o humor como elemento capaz de produzir a reflexão e a crítica (CRESCÊNCIO, 2018, p.1). De todo modo, articular o estudo sobre o discurso humorístico à categoria de gênero requer cuidado, uma vez que os próprios modelos teóricos do humor foram, muitas vezes, pautados no masculino. Recentes esforços foram direcionados sobre o desafio⁶, do mesmo modo que a produção de Rachel Soihet, que há algumas décadas se dedica ao debate do antifeminismo pelo humor. Para o recorte temporal e de fontes proposto por este artigo, a categoria específica do humor pela ironia é preponderante. Por ironia, entendemos o tropo literário baseado na oposição e ligado ao discurso de caráter satírico (WHITE, 1994, p.31-32). O modo irônico, como veremos na análise das fontes, apareceu de formas diversas: ora sutis, ora explícitas, em alguns casos beirou o discurso misógino.

A crítica ao sufrágio feminino por meio de chacotas, ridicularizações e agressividade verbal não foi exclusividade do contexto brasileiro⁷. Por outro lado, a especificidade local se

⁵ Em 1920, *O Malho* se posicionou a favor de Marechal Hermes da Fonseca, buscando angariar votos em detrimento do candidato da oposição, Rui Barbosa, apoiado pelos editoriais de *Careta*.

⁶ A título de exemplo, em 2018, a Revista *Ártemis* (UFPB) publicou o volume 26 com o dossiê intitulado *O humor das mulheres e as mulheres no humor*.

⁷ Durante as lutas pelo voto feminino nos Estados Unidos e na Inglaterra, por exemplo, circularam muitas

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

deu pela predominância da veiculação em revistas ilustradas humorísticas. Em meio às informações variadas de entretenimento e publicidades, os semanários configuraram-se como um meio atrativo de expressão de opiniões antifeministas e antissufragistas, adotando o tom satírico pouco difundido em jornais, que na época buscavam um aspecto “mais jornalístico e menos mundano” (SALIBA, 1998, p.637). Além disso, o posicionamento contrário ao voto se deu no momento em que surgiu a caricatura genuinamente brasileira, encabeçada pelos artistas Raul Pederneiras, Kalixto e J. Carlos (LUSTOSA, 2006, p.303). Esses artistas, compreendidos como “mediadores culturais”, circulavam pelos espaços públicos e boêmios do Rio de Janeiro, numa capacidade de trânsito e de experimentação característica dos humoristas dessa época, assim como o caráter efêmero e passageiro da produção cômica (SALIBA, 2002, p.96). De todo modo, muitos desses autores tinham ressalvas em auto intitular-se “humoristas”, num precário equilíbrio para agradar, a todo custo, o público das revistas ilustradas (SALIBA, 2002, p.133).

Os essencialismos de gênero – igualdade e diferenças

Na perspectiva das sátiras antifeministas, os argumentos essencialistas foram aqueles que se basearam em ideias de que era “natural” a mulher e o homem agirem e comportarem-se de maneiras específicas e fixas. Motivados pela movimentação política das sufragistas, bem como o de seus apoiadores públicos, muitas discussões expostas na imprensa perpassavam a questão sobre quão “iguais” ou “diferentes” eram os “sexos”. Parte da discussão manipulava concepções forjadas anteriormente, nos séculos XVIII e XIX, as quais, pensando a criação de uma esfera pública burguesa, levantavam a questão de “qual sexo deveria ocupá-la legitimamente”, privilegiando aspectos biológicos em seus discursos (LAQUEUR, 2001, p.242). De todo modo, as críticas veiculadas nas revistas ilustradas do século XX manejaram duas categorias falsamente antagônicas: a de igualdade (os homens e as mulheres já seriam iguais

publicações antissufragistas. Uma das mais destacadas era o cartão-postal, que apresentava escritos críticos e ilustrações caricaturais.

no que era possível dentro da sociedade, portanto o que “o feminismo” demandava eram ‘privilégios’ e sobreposição ao homem de modo “anárquico” à determinação “natural”) e a de diferença (os homens e as mulheres eram “naturalmente” atribuídos de diferenças físicas e comportamentais, de modo que às mulheres cabiam as atividades domésticas e a “função” procriadora como mãe e esposa)⁸. Para muitos articulistas da época, a presença da mulher na política era descartável, pois para as “rainhas do lar”⁹ o papel de poder era cumprido dentro do ambiente privado doméstico. Os posicionamentos antifeministas, de modo geral, valorizavam uma visão limitada da concretude das relações de poder dentro da família – centradas desde o período colonial na figura do patriarca –, bem como a idealização de “mulher” como categoria homogênea – concepção contrastante com a pluralidade social das mulheres brasileiras em condições e classes diferentes, como por exemplo, as mulheres negras escravizadas que já ocupavam as ruas do Rio de Janeiro como trabalhadoras há décadas e não correspondiam às “rainhas do lar”.

Apesar da visão essencialista da mulher ser marcante em posicionamentos religiosos cristãos¹⁰, é importante ressaltar que não foi apenas dessa matriz unicamente religiosa que se formulou a naturalização do gênero. Durante o século XIX, produziram-se formas classificatórias dos sujeitos, como as concepções higienistas e racistas, bem como a patologização de certos hábitos e grupos humanos¹¹ (FOUCAULT, 1977). Nesse contexto surgiram as “Ciên-

⁸ Joan Wallach Scott explorou o falso dualismo da “igualdade versus diferença” no artigo *Deconstructing Equality-versus-Difference: Or, the Uses of Poststructuralist Theory for Feminism* (1988). A autora descreveu o polêmico “caso Sears” de 1979. No episódio em questão, a companhia estadunidense Sears foi acusada de discriminação sexista na contratação de mulheres. O debate das defesas se fixou sobre a relevância ou não de ideias gerais sobre a diferença sexual, o que, para Scott, ilustra a pseudo dicotomia entre as categorias “igualdade” e “diferença”. Portanto, quando o dilema é colocado de forma fixa e binária, ele tende a favorecer o discurso dominante.

⁹ As imagens de mulheres “rainhas do lar” eram massivamente utilizadas em publicidades, atreladas a atividades domésticas e ao zelo familiar (ISMÉRIO, 1995, p.24).

¹⁰ Nesse ponto, é interessante destacar que uma das grandes associações feministas atuante na época, a “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino” (FBPF), buscou com grande cuidado evitar confronto com a Igreja católica. (BESSE, 1999, p.176.).

¹¹ Para Foucault, após o século XVII, a família se reorganiza em laços mais estreitos, intensificado em comparação com as antigas funções que exercia no dispositivo de aliança. Os pais, os cônjuges, tornam-se, na família, os

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta* ciais sexuais”, defendendo concepções sobre sexualidade e “verdades sobre os sexos” construídas por ‘especialistas’. Para Foucault, a moral cristã ocidental regeu e incidiu sobre o que se configurou como o conhecimento científico. As pseudociências naturalistas foram concepções hegemônicas do período, que repercutiam de forma massiva na sociedade, bem como na circulação de informações. Um exemplo são as publicidades de medicamentos, que até o início do século XX ainda manejavam todo um arcabouço de concepções produzidas pelo século XIX, como, por exemplo, a infalibilidade da ciência assegurada pelo exame e aval médico. Se baseando nesse mesmo caldo cultural, alguns médicos afirmavam que a mulher foi formada “para sentir” e o homem foi criado “para pensar” e “aquelas [mulheres] que têm apresentado uma inteligência superior, têm sido à custa de suas qualidades femininas” (SOIHET, 2000, p.98).

Para compreender como os essencialismos, no que diz respeito ao gênero, apareceram no período em foco nesse artigo, analisaremos a seguir algumas das publicações das revistas *O Malho* e *Careta* que satirizaram e criticaram as pautas feministas em discussão.

principais agentes de um dispositivo de sexualidade que no exterior de apoia nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que, no interior, vem duplicar e logo “psicologizar” ou “psiquiatrizar” as relações de aliança. Aparecem, então, estas personagens novas: a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulher. (FOUCAULT, 1977, p.121-122).



Figura 1: O segredo e a indiscrição, *O Malho*, 2 de junho de 1928

O voto secreto foi uma expressão política do desejo de ruptura com os modos eleitorais da Primeira República. No dia 2 de junho de 1927, em discurso na Câmara dos Deputados, Assis Brasil associou o imperativo da justiça à defesa do “voto secreto, com as garantias já praticadas por todos os povos livres” (HOLLANDA, 2009, p.245). O tema do voto secreto permeou a mídia desde então, e muitas vezes, apareceu em conjunto com a questão do voto feminino¹². Na Imagem 1, observa-se a charge ilustrada por J. Carlos, simulando a cena hipotética em que Assis Brasil (à esquerda) segura um bebê que simboliza o voto secreto, enquanto Juvenal Lamartine¹³ (à direita) segura o bebê do voto feminino. No diálogo, o primeiro diz: “Agora você vai ver. Eu vou reformar essa joça toda.”, enquanto, pelo lado do voto feminino, a

¹² Em *O Cambio dellas...*, caricatura publicada em 17 de dezembro de 1927 em *O Malho*, a valorização do voto feminino aparece em contraposição à “estabilização do lar”. Na mesma página, um artigo denominado “O que os partidos querem...” menciona a discussão recente sobre o voto secreto como “encher linguiça”, em tom de descrédito das possíveis mudanças eleitorais.

¹³ Juvenal Lamartine foi candidato a governador do Rio Grande do Norte em 1927 e se colocou a favor dos direitos das mulheres “não só na escolha daqueles que vêm representar o povo” como também “entre os que elaboram e votam a lei que tiver de aplicar” (RODRIGUES, 1962, p.47).

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

resposta: “Eu não vou deixar. Eu vou atrapalhar. Eu conto tudo.” (*O Malho*, 1928, p.25). A infantilidade e ingenuidade das “ideias novas”, apesar de fazer parte da cena fictícia de uma conversa entre bebês, recai de forma mais pontual no voto feminino, que age notavelmente de modo mais “birrento” e emocional que o outro que simboliza o voto secreto. Nesse sentido, a caricatura maneja a concepção essencialista de que a mulher, invariavelmente, recorre às emoções e não à razão. O título também é esclarecedor: o voto secreto é segredo, o voto feminino é indiscreto – inoportuno e inapropriado. A própria representação gráfica dos homens que seguram ou cuidam de crianças é sintomática, pois foi utilizada, em diversos contextos, para sinalizar de forma cômica a cena em que o homem assume uma responsabilidade de “biológica-moral” da mulher¹⁴.

Uma these feminisia

Acabou de reunir-se em Nova York um congresso de feministas americanas, no qual tivemos uma funcionaria representando a classe em nome da família feminista nacional. (...) já ha no Rio de Janeiro, que é mais cosmopolita que nacional, um nucleo numeroso de burguezas feiosas imbuídas de ideias mais ou menos sensatas de libertação do sexo delas. Não sabemos si dahi virá a redempção das mulheres, mas dado o espírito reaccionario das campeãs do sexo, duvidamos um pouco da campanha empreendida. (...) O telegrapho nos trouxe o nome de algumas que, ao chegarem nos respectivos paizes arranjarão promoção nos empregos que occupam. Mas a leitura de um periódico estrangeiro nos deu um programma feminista subscripto por minha sogra, que é um primor de cimento armado. Aqui o damos na integra:

Art. I – As mulheres do mundo inteiro se declaram livres social, moral e economicamente do sexo dito forte e passam a exercer conjuntamente com este sexo as funções que a ambos compete.

Art. II – As funções que de ora em diante competem a ambos os sexos são:

– Função do amor, metade por metade, pelo casamento ou por outros quaisquer meios.

– Função monetaria, a dois por um, isto é, a dois homens, quanto á receiptá, e a dois, pela mulher quanto á despeza: a um por um, vice versa.

¹⁴ O termo é posto por Michel Foucault, em *História da Sexualidade*, ao analisar o dispositivo de saber e poder relativo à histerização do corpo da mulher. Segundo o autor, o corpo da mulher foi analisado como corpo integralmente saturado de sexualidade. Sob o efeito de uma patologia intrínseca, posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deveria assegurar), com o espaço familiar (do qual deveria ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe, com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constituía a forma mais visível desta histerização. Ver em: (FOUCAULT, 1977, p.115).

Thaís Batista Rosa Moreira

– Funccão familiar, taco a taco, quando o lar fôr commum. Nos outros casos, conforme as visitas ao lar sejam em maioria de qualquer dos sexos.

– Funccão social, independente; da casa para a rua, ampla liberdade de commercio, navegação, indústria e artes.

Art. III – As mulheres se declaram unidas e solidarias no bem e no mal, na vida e na morte. Qualquer mulher se considera parte integrante de uma classe e pode invocar em seu auxilio a assistência de outra mulher, seja qual for o sexo a idade ou nacionalidade desta.

Art. IV – No exercício dos empregos manuaes ou braçaes, a mulher deve considerar-se inferior ao homem e isso porque semelhantes emfeiam e embrutecem o sexo e desvirtuam os interesses superiores das gerações futuras.

Art. VI – Revogam-se as disposições contrarias ás mulheres e favoráveis aos homens.

Herr Hess

(*Careta*, 1922, p. 4)

A crônica em questão utiliza o recurso humorístico do duplo sentido. Ao grafar “feminisia” em lugar de “feminista”, o autor brinca com o nome de Nísia Floresta Brasileira Augusta. A Abolicionista, republicana e feminista, promoveu em 1842, no Rio de Janeiro, conferências sobre a Abolição e a República. Publicou em 1832 a tradução intitulada *Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens*, referente ao livreto *Woman not inferior to man*, de 1739¹⁵; além disso, fundou e dirigiu colégios femininos, nos quais colocou em prática suas ideias de emancipação através da educação. Na publicação *Opúsculo Humanitário*, criticou Rousseau e sua concepção da mulher como um adorno, submetida à servidão. Seu feminismo, porém, mesclava-se à visão romântica da mulher dedicada ao amor, ao lar, ao marido e aos filhos – traços de que ela própria não estava imune às influências de sua socialização (ALVES, 1980, p.87-88).

Herr Hess, pseudônimo não identificado, retrata a participação de Bertha Lutz como representante brasileira na Primeira Conferência Interamericana de Mulheres, em Baltimore,

¹⁵ Nísia Floresta afirmou, na época, que sua tradução se tratava do livro *Vindication of the Rights of Woman*, da feminista inglesa Mary Wollstonecraft. No entanto, pesquisas recentes demonstraram que a tradução livre, na verdade, diz respeito à publicação do pensador francês Poulain de la Barre, sobre o pseudônimo de ‘Sophia, a Person of Quality’. Possivelmente, Nísia atuou de forma estratégica, visando gerar maior impacto ao atribuir a autoria do texto traduzido à feminista inglesa. (FRANCO, 2008, p. 79-80).

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

nos Estados Unidos¹⁶. A localização do evento é sintomática para o autor, pois refletia o malvisto 'estrangeirismo' da época, denunciando o "servilismo com que nossas burguesas seguem as praticas das collegas do Norte(...)" (*Careta*, 1922, p.4). A insinuação de que as articulações feministas eram oportunistas e buscavam privilégios fica evidente no trecho em que afirma que "[as participantes] ao chegarem nos respectivos paizes arranjarão promoção nos empregos que ocupam." (*Careta*, 1922, p.4). O trecho é interessante pois demonstra o indireto desprezo e julgamento de valor, justamente pela crítica às mulheres que supostamente arranjariam promoções em seus empregos. Trata-se, portanto, de um modo sutil de ironia, afinal, o modo irônico, para além de revestir observações de forma mordaz, é também um recurso para dizer, de forma não explícita ou literal, algo a mais a respeito de certo assunto (WHITE, 1994, p. 32).

Nesta conferência Bertha Lutz conheceu a presidente do *National American Woman Suffrage Association* (NAWSA), Carrie Chapman Catt¹⁷. A estadunidense interessou-se pela possibilidade de Lutz organizar no Brasil uma associação feminista nos moldes da NAWSA e auxiliou na redação do estatuto que viria a nortear a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) (ALVES, 1980, p.111). A crônica de Herr Hess transcreve uma paródia do que seria "um programma feminista subscripto por minha sogra, que é um primor de cimento armado" (*Careta*, 1922, p.4). A menção à figura da 'sogra' era frequente em publicações humorísticas da época, representando caricaturalmente a mulher como inconveniente. Nos artigos transcritos na crônica, a crítica central aparece novamente como a denúncia aos privilégios supostamente ambicionados pelas sufragistas. Quando afirma que a "Função monetária: (...) a dois homens, quanto à receita, e a dois, pela mulher quanto á despesa" (*Careta*, 1922, p.4), o autor coloca as mulheres como consumistas que, apesar de exigir igualdade, não abririam mão das

¹⁶ Apesar de a conferência ser sediada em Baltimore, o autor afirma que a reunião foi em Nova York. A proximidade das datas – o evento aconteceu em abril de 1922 e a publicação é de maio – sugere um equívoco do autor.

¹⁷ O Movimento Anti-Sufragista dos Estados Unidos reuniu homens e mulheres que argumentavam a favor da pureza e recato "naturais" à mulher e a seu papel tradicional de mãe. Para esses críticos, as mulheres estavam ameaçadas pela subversão dos movimentos de emancipação. Ver em: (ALVES, 1980, p. 78).

despesas pagas por seus maridos. A concepção de Herr Hess de que as reivindicações são inválidas e oportunistas fica nítida em seu último apontamento: “Revogam-se as disposições contrárias ás mulheres e favoráveis aos homens” (*Careta*, 1922, p.4).

Além disso, destaca:

No exercício dos empregos manuais ou braçaes, a mulher deve considerar-se inferior ao homem e isso porque semelhantes trabalhos enfeiam e embrutecem o sexo e desvirtuam os interesses superiores das gerações futuras. (*Careta*, 1922, p.4).

A ideia do texto é demonstrar que as feministas não se sujeitariam aos trabalhos mais árduos, justificando a negação com questões estéticas, pois “enfeiam e embrutecem o sexo” (*Careta*, 1922, p.4). É interessante notar que a atenção para a fisionomia feminina já havia sido mencionada no começo da crônica, ao descrever as militantes como “burguesas feiosas imbuídas de ideas mais ou menos sensatas de libertação do sexo delas” (*Careta*, 1922, p.4). Desse modo, evidencia-se a prática de associar a mulher feminista ao estereótipo da ‘mulher feia’ e ‘antinatural’, utilizando os padrões de beleza cultivados pela época como base da ridicularização, ao mesmo tempo em que a imprensa, de modo geral, difundia incisivamente a ‘beleza’ e o cuidado estético como esfera ‘naturalmente’ feminina.

O Nosso Feminismo

Nós, os homens, rimos das mulheres; é exato. Fazemos mal por isso; é verdade. As mulheres não nos compreendem. (...) Naturalmente os homens, a quem aféta o movimento feminista, acham uma ocasião de sorrir um pouco do que ha de inócuo ou de inepto nas atitudes das damas que se reúnem para reivindicar. Revindicar? O que? Um pouco mais de dinheiro para o pó de arroz ou um lugar ao lado do marido nos cabarés ou nos congressos. É possível que a mulher saiba o que vale e saiba o que quer. Infelizmente os vinte séculos de hipocrisia piedosa e da escravidão sexual acabaram por criar na mentalidade feminina um hiato que a deformou quazi irremediavelmente. (...) As mulheres não nos compreendem, a nós que compreendemos a vida dialeticamente e sabemos com clareza e pureza que a mulher é o único animal sobre a Terra desigual do seu semelhante. O feminismo, que fala na igualdade da escravidão, e que sanciona a violência, a injustiça e a estupidez reinante em uma sociedade em decomposição, oscila entre trágico e comico. (...) Mas é preciso que tenham a simples e fria coragem de querer a exata e igual metade da vida. Igual, compreendam bem, igual e integral. E o feminismo é uma manobra de salão, para evitar justamente a igualdade irrevogável da natureza.

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

Domingos Ribeiro Filho
(*Careta*, 1931, p.9).

Domingos Ribeiro Filho, autor do texto em destaque, era militante anarquista e jornalista, que durante alguns anos foi companheiro de repartição de Lima Barreto na Secretaria da Guerra. Autor de *O cravo vermelho* (1907) foi partidário das ideias de Kropótkin¹⁸ e era conhecido como “exaltado por definição e uso” (SCHWARCZ, 2017, p.345). Escreveu em *Careta* por dezessete anos, usando algumas vezes o pseudônimo de “Dierre Effe”¹⁹ e contribuiu em outros periódicos, dentre eles, *A Plebe*, de orientação libertária. O texto do autor reflete críticas mais profundas ao sistema político e ao elitismo brasileiro, num tom de pessimismo que vê “uma sociedade em decomposição” (*Careta*, 1931, p.9).

Reconhece, de certo modo, o teor histórico da desigualdade nas relações de gênero, pois

Em traços grossos e gerais essa é a história da situação da mulher nos diferentes estados asiáticos, romanos, feudais, e burguezes que vieram se sucedendo até agora em que a sociedade pode verificar que foi estupidamente sacrificada a cruéis e baixíssimos interesses das castas e das classes. (*Careta*, 1931, p.9).

No entanto, não crê que as sufragistas possam trazer reais mudanças nesse cenário, tendo em vista que são identificadas como burguesas de atuação fútil:

(...) ante o egoísmo e a estupidez masculinas, é uma luta rude e seria, deve ser feita num plano superior aos tablados de pura exibição mundana (...) o feminismo é uma manobra de salão (...) (*Careta*, 1931, p.9).

O autor questiona a validade das reivindicações tentando convencer o leitor de que se

¹⁸ Teórico libertário russo autor de obras como *A Conquista do Pão* (1892) e *Memórias de um revolucionário* (1892).

¹⁹ A proximidade fonética de “Dierre Effe” com “Riefe” nos sugere um outro possível pseudônimo adotado por Domingos Ribeiro Filho. A série de pequenas anedotas (chistes), intitulada *Notas Marginais* (Revista *Careta*, 26/12/1931), assinada por “Riefe”, ridiculariza as mulheres apelando à uma suposta incapacidade intelectual das mesmas, que agiriam preponderantemente de forma emocional. Outro conjunto de breves chacotas, “Nós e Vós” (Revista *Careta*, 21/05/1932), não possui assinatura, no entanto assume uma linguagem muito similar à de “Riefe”, afirmando, por exemplo, que “Uma mulher inteligente jamais será feminista”.

trata de pautas supérfluas: “Reivindicar? o que? Um pouco mais de dinheiro para o pó de arroz, ou um lugar ao lado do marido nos cabarés ou nos congressos” (*Careta*, 1931, p.9). A extrema ironia de uma suposta “reivindicação de dinheiro para o pó de arroz” é um dos exemplos sintomáticos de como Ribeiro Filho investe numa escrita persuasiva. Nesse sentido, é importante notar que um dos aspectos da teoria do discurso persuasivo, herdada da cultura retórica da antiga Roma pela Renascença, era a crença de que o riso pode ser usado como uma arma potente em debates legais e políticos (SKINNER, 2002, p. 9). Além disso, dois insultos do texto chamam atenção por seu teor misógino, isto é, de aversão e desprezo às mulheres de forma explícita: “idiotíssimas e ridículas” (*Careta*, 1931, p.9).

Ribeiro Filho aponta uma visão essencialista quando apela à “igualdade irrevogável da natureza”, pois “a mulher é o único animal sobre a Terra desigual do seu semelhante” (*Careta*, 1931, p.9). É importante ressaltar que a potencialidade das falas que evocam a “natureza” é justamente a dificuldade de se rebater ideais extremamente dispersas no senso comum e que se colocam como autoexplicativas por seu teor inato. Assim, o autor alerta que as demandas feministas deveriam “(...) querer a exata e igual metade da vida. Igual, compreendam bem, igual e integral” (*Careta*, 1931, p.9), interpretando as demandas do movimento de mulheres como busca por privilégios e não igualdade de direitos. Nota-se, também, que a frase “as mulheres não nos compreendem” aparece duas vezes no texto, ao tempo que inferioriza a atuação feminista como “(...) armarinho sentimental e com a mesma tática de astúcias anciãs empregadas pelas crianças e pelos escravos (...)” (*Careta*, 1931, p.9). O autor chega a justificar que a causa do riso é “o que ha de inócuo ou de inepto nas atitudes das damas” (*Careta*, 1931, p.9), sugerindo que o movimento sufragista era incoerente e inofensivo.

O autor, de todo modo, tem consciência do efeito das relações de dominação do homem sobre a mulher em diferentes contextos. No entanto, as contradições aparecem quando o mesmo sugere inclinações e elementos ‘naturais’ das mulheres e dos homens. Os “vinte séculos de hipocrisia piedosa e da escravidão sexual” tornam-se, em sua visão, irreparáveis

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

da mentalidade feminina, traçando um reducionismo das reivindicações sufragistas como sinal de incapacidade analítica. O posicionamento de Domingos Ribeiro Filho é instigante no que diz respeito à sua militância política, afinal, na história das ideias políticas, a diferença – como elemento essencialista – sempre foi empunhada pelas correntes conservadoras e elitistas, como a manifestação de desigualdades ‘naturais’ que legitimavam as hierarquias sociais (MIGUEL, 2014, p.74). O antifeminismo, defendido de diversas formas, se deu por várias frentes ideológicas. Apesar de em alguns momentos a luta socialista e feminista ter mantido relações próximas, é impreciso afirmar que o antifeminismo foi exclusivo dos conservadores. No Brasil tivemos grupos significativos de anarquistas feministas; entretanto, autores libertários²⁰ não deixaram de lançar críticas ao movimento de mulheres que, nas palavras de Lima Barreto, era “burocrático”. A relação entre autores libertários com discursos antifeministas na imprensa foi trabalhado por Rachel Soihet no artigo *Zombaria como arma antifeminista* (2005). Apesar das fontes da historiadora corresponderem ao contexto brasileiro dos anos 1960 e 1970, diferente da reflexão em questão, muitos de seus apontamentos são pertinentes. Para a autora, a recusa da participação das mulheres fora do ambiente doméstico foi um assunto de convergência de republicanos, monarquistas e até mesmo socialistas, dado relevador de que as contradições de gênero atravessavam as diversas colorações políticas e de classe (SOIHET, 2005, p. 593).

Outra tática utilizada para ridicularizar a demanda do voto feminino, tratando-o como ‘privilegio’ desnecessário, foi a comparação da condição da mulher brasileira com a suposta realidade da mulher muçulmana, ou, de forma generalizada, com o que chamavam de “Oriente”. A seguir, destacamos duas publicações em edições seguidas de *O Malho* que utilizaram

²⁰ Em *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir aponta que Proudhon, um dos primeiros teóricos do anarquismo, rompeu a aliança entre o feminismo e o socialismo. “Na obra intitulada *La Justice*, afirma que a mulher deve permanecer na dependência do homem; só ele vale como indivíduo social; não há no casal uma associação, o que pressuporia a igualdade, mas uma união; a mulher é inferior ao homem, primeiramente porque sua força física atinge apenas dois terços da dele, em seguida porque é intelectual e moralmente inferior a ele na mesma proporção: seu valor é no conjunto de 2x2x2 contra 3x3x3, ou seja, 8/17 da do sexo forte.” (BEAUVOIR, 2009, p. 165).

essa abordagem:



Figuras 2 e 3: 'No Oriente – a mulher persa', *O Malho*, 10 de março de 1928.



Figura 4: 'Mulheres brasileiras escravizadas na Syria', *O Malho*, 17 de março de 1928.

As imagens 2 e 3 compõe um texto de teor jornalístico que não apresenta nenhum código humorístico – apesar de raro, era presente em algumas páginas das revistas ilustradas,

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

na medida em que elas também se propunham a divulgar conteúdos de ‘variedades’. A reportagem traça de forma breve o que seria a “situação da mulher na Pérsia”, narrando sobre a alta taxa de analfabetismo entre elas, além de tecer considerações sobre a vida doméstica que “limita-se ao marido e filhos, seus vestuários e intrigas amorosas” (*O Malho*, 1928, p.30). Além disso, cita o nome de Zorah Hanum e Mehr Banu, como duas figuras de destaque do movimento pela emancipação da mulher persa. O texto é assinado por uma abreviatura “M.K.”. Na edição seguinte, uma semana depois, a questão da mulher muçulmana volta de modo completamente diferente na crônica assinada por Leão Padilha e ilustrada por Del Pino – caricaturista mineiro que a poucos meses começara a carreira no Rio de Janeiro. Na ficção ‘Mulheres brasileiras escravizadas na Syria’, vários personagens ligados à política da época, como Adolpho Gordo, Bertha Lutz, Evaristo de Moraes e Manoel Fulgencio, comentam a suposta descoberta no país oriental – nota-se inclusive uma confusão (possivelmente intencional) dos termos e nacionalidades, onde ora se fala “sírios” ora se fala “turcos”. De todo modo, é interessante como a edição seguinte produz uma espécie de paródia do texto publicado anteriormente, no sentido de uma revisão do discurso (ALAVARCE, 2008, p. 69).

A representação do ‘outro’, do ‘oriental’, é um gesto presente na história de formas diferentes e contextuais, especialmente quando é veiculada no viés orientalista²¹, como se vê na caricatura de Del Pino. O homem que escraviza a mulher brasileira na caricatura é o típico estereótipo do ‘canalha asiático’ e ‘déspota sensual’, que estabelece a relação simbólica com o ‘oriental’ por meio de seus adornos e incorpora elementos grotescos, como o exagero nas características físicas – ele é desproporcionalmente maior que a figura feminina – e dos traços fisionômicos – o semblante de opressor (HUNT, 2011). É importante notar, além disso, que a representação da mulher muçulmana como oprimida e escrava sexual é proeminente na lite-

²¹ Entende-se a expressão ‘orientalista’ a partir da conceituação de Edward Said. Para o autor, o ‘oriental’ é um termo produzido do ponto de vista ocidental – especialmente após o período do Neocolonialismo. Desse modo, o conhecimento acerca do “oriental” passou a reafirmar uma suposta “superioridade europeia” como fenômeno “apolítico” e “imparcial”. Segundo Said, o orientalismo: “(...) pode ser discutido como a instituição organizada para negociar com o Oriente – negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o (...)” (SAID, 1995, p.15.).

ratura orientalista, onde a figura feminina no harém é usualmente associada à sexualidade, ao erotismo e à imoralidade (FRANK, 2014, p.13). Não é apenas o teor obsceno da denúncia ficcional à exploração sexual que configura a publicação como típica do ‘mau riso’, mas também a reação de Bertha Lutz narrada pelo autor:

“(...)Pobrezinhas! Não poderem votar...(limpou uma lagrima furtiva).Não podem comer carne de porco...(outra lagrima)...nem toucinho...(idem,idem). Veja se se dá uma coisa desta com os homens. Quando foi que os brasileiros já foram escravizados pelas mulheres de qualquer paiz? Quando? Não se cita um exemplo. E por que? Porque votam.(...)” (*O Malho*, 1928, p.30).

Lutz é retratada de forma frívola e infantilizada, expressando-se prioritariamente de forma emotiva. A justificativa de que os homens não seriam escravizados por votarem aparece como uma crítica a ‘pauta única’ do sufrágio, mas também como recurso humorístico, na medida em que é uma incongruência repentina do diálogo – como uma argumentação indiscreta e ignorante.

O paradigma de opressão às mulheres como atrelado ao ‘outro’ – seja ele o Islã ou os continentes asiático e africano – também aparece em outras publicações²², principalmente a partir de 1928. Possivelmente, o marco temporal específico se dá pelos impactos da dissolução do antigo Império Otomano após a Primeira Guerra Mundial. A difusão jornalística da abolição do califado otomano, em 1924, é nítida na matéria do jornal *A Notícia*, em que o autor pontua a Turquia como lugar “da tradicional escravização feminina” (SOIHET, 2000, p. 102). Na mesma matéria, no entanto, ressalta-se a articulação de grupos sufragistas turcos – a Turquia concedeu o direito de voto às mulheres em 1934, e em países como a Síria e o Líbano a demanda pelo sufrágio já se configurava desde os anos 1920 (ADAMS, 2014, p.406). De todo modo, a abordagem da ‘outra’ mulher oriental como a “realmente oprimida pelo homem” foi recorrente e possibilitava um discurso relativista – do ponto de vista dos autores – da desigualdade de gênero local denunciada pelas feministas brasileiras. O contraste com ‘exemplos’

²² No artigo ‘Feminismo’, assinado por Joaquim M. Marinho e publicado em *O Malho*, 18 de abril de 1928, bem como em “Voto Feminino”, assinado por “F.B.” em *O Malho*, 5 de novembro de 1932.

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

mais degradantes de ‘opressão’ bem como a roupagem estereotipada e orientalista, denotava nas entrelinhas que o movimento sufragista exigia mudanças ‘fúteis’ e irrisórias se comparadas às condições de outras mulheres no mundo.

Além disso, também se nota que algumas publicações incorporavam certo ‘tom cavalheiresco’ em seus discursos. Do ponto de vista de gênero, era utilizado por autores que buscavam sensibilizar os(as) leitores(as) de forma romantizada. Rachel Soihet chega a caracterizar essas falas como próximas do “pieguismo”²³. Assim, autores de crônicas, por exemplo, utilizavam-se de um linguajar de eufemismos e sutilezas para criticar os novos hábitos e ensejos das mulheres engajadas, reivindicando a conservação da ‘feminilidade’ como o mais prudente a se fazer. É interessante pensar que este tipo de abordagem, que buscava traçar alusões à imoralidade de certos posicionamentos, fosse intencionalmente direcionado ao público de leitoras – pois o tom persuasivo remete a um diálogo direto com a mulher. Nesse sentido, podemos pensar no conceito de *violência simbólica* construída por Roger Chartier, onde o ato violento consiste na adesão pelos dominados das categorias que embasam sua própria dominação (CHARTIER, 1995, p.37-47). Assim, se por um lado, o humor colocava-se como entretenimento efêmero e inofensivo, por outro, contribuía para o constrangimento de leitoras que por ventura cogitassem apoiar pautas feministas ou a movimentação de entidades como a FBPF – afinal, as representações e abordagens das revistas ilustradas humorísticas foram majoritariamente direcionadas no sentido de ridicularizar e deslegitimar o engajamento político de mulheres²⁴.

O artigo intitulado *Eva, funcionaria*, assinado por Berilo Neves em 7 de março de 1925,

²³ O articulista não deixa de ressaltar a dimensão “sacralizada da mulher”, manifestando sua oposição às mudanças pretendidas pelas feministas de forma sutil (SOIHET, 2001, p.106-107).

²⁴ Ressaltamos que a categoria de *violência simbólica* como de ridicularização de mulheres e feministas também é explorada nos trabalhos de Rachel Soihet sobre as publicações de *O Pasquim*. (SOIHET, 2005, p. 609) (SOIHET, 2007, p. 46-47).

Thaís Batista Rosa Moreira

na revista *Careta*, coloca-se frontalmente contra a mulher funcionária pública, dedicada ao trabalho fora do ambiente doméstico. O autor, que construiu fama como antifeminista, tinha relações controversas com a FBPF e certas militantes do movimento, pois, ao mesmo tempo em que se aproximou de círculos feministas, não abriu mão de publicar anedotas humorísticas ridicularizando as mulheres engajadas (LEMOS, 2014, p.60). Em seu texto, destacam-se muitas falas extremamente críticas, que articulavam muitas vezes a ideia da 'sacralidade feminina' religiosa:

(...) a inversão da ordem social, a anarquia no mundo. E até mesmo uma contravenção ao direito divino, porque o Creador, fazendo a mulher depois do homem, estatuiu que ella viesse sempre em segundo lugar. (...)A mulher, que nasceu para escrever cartas de amor, redigindo officios, empilhando despachos, indeferindo tudo o torto a direito.(...) Não é horrível? (*Careta*, 1925, p. 26).

Para Berilo Neves, a mulher que exercesse atividade profissional:

(...)perderá todo o encanto de sua realza de formosura e de graça (...) Eva nasceu para ser funcionaria...do amor.(...) Todas ellas devem ser candidatas ao...noivado.(...) O mais é contra a natureza, o bom senso, a poesia e...a preservação da espécie.(*Careta*, 1925, p. 26).

Nota-se que o recurso das reticências produz o efeito irônico nas frases, pois, se no início parecem favoráveis às feministas, com a queda prosaica do recurso "...", o autor manifesta suas intenções primárias. Isto é: a quebra da expectativa no plano semântico, que pode ser empregada para causar o riso (ALAVARCE, 2008, p. 110), desloca as frases que supostamente apoiariam o feminismo para, enfim, reforçar os lugares "essenciais" da mulher como devota do amor, destinada ao casamento e reprodutora. Berilo Neves também articula, em sua crítica, o elemento da beleza: "A mulher-funcionaria acaba por ficar feia (e este é o maior inconveniente do emprego publico) porque é sabido que uma das razões que contribuem para a beleza da mulher é a deliciosa ociosidade de sua vida" (*Careta*, 1925, p. 26). Nesse sentido, o 'lugar' das mulheres é colocado como o do ornamento, onde os atributos da beleza seriam os únicos a ser cultivados em nome da 'natureza feminina'.

Considerações finais

De forma geral, os discursos expostos nas revistas humorísticas ilustradas reafirma-

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

vam posições de autoridades, juristas e políticos da época: negavam considerar positivamente as pretensões de autonomia feminina, respaldados pela ciência naturalista ‘inquestionável’ e pela moral religiosa. Nuances conjunturais deram vazão às manifestações contrárias, que aos poucos tomaram outras formas, tendo em vista o avanço de movimentos sufragistas em outros países do mundo e o progressivo apoio de parlamentares brasileiros. Assim, o artigo em questão propôs, a partir de uma série de análises de fontes, embasados nas categorias de essencialismo de gênero e da linguagem das zombarias e ironias, a hipótese de que certas publicações de *O Malho* e *Careta* tiveram papel de destaque como porta-voz das críticas ao movimento sufragista-feminista. Seja reafirmando a ideia da mulher como essencialmente emotiva, irracional e fútil, ou por meio de “denúncias” de que o feminismo buscava privilégios e oportunismos, os autores antifeministas empregaram uma série de paródias, mensagens de duplo-sentido e até mesmo o traço das caricaturas para causar o riso pela ridicularização, afim de persuadir, de diferentes formas, o leitor (e a leitora) a rejeitar o feminismo e o sufrágio como pautas legítimas.

Ressaltamos que durante os anos 1920 o movimento sufragista brasileiro teve acesso considerável à imprensa, como as participações e defesas manifestadas por Bertha Lutz na *Revista da Semana* e no *Rio Jornal* (ALVES, 1980, p.99-100). Nesse sentido, a hipótese de que as revistas ilustradas humorísticas assumiram a frente da opinião pública contra o direito ao voto ganha sentido, na medida em que as diferentes publicações e edições interagiam entre si. A abordagem do riso, descontraída e permeada pelos pseudônimos, pode ter contribuído para as revistas ilustradas manifestarem com mais vigor a banalização das ideias feministas. A dimensão potente das caricaturas se dá pelo modo como seus alvos, mesmo na condição de donos do poder – que, nesse caso, está longe disso – raramente dispõe desta mesma ferramenta para responder às críticas (FONSECA, 1999).

Nesse sentido, ressaltamos a tarefa do historiador perante as fontes, recobertas do

pretexto de 'entretenimento' do período contemporâneo à suas produções, onde tudo se justificava pelo riso. O esforço se dá no sentido de historicizar como a 'diversão' é o manto que cobre inúmeros códigos sociais, enchendo-os de opacidade (SALIBA, 2018, p.11). No caso das fontes históricas desse artigo, não apenas o teor humorístico se colocou como elemento de opacidade, mas a própria abordagem pelo gênero – afinal, muitos argumentos e discursos se utilizaram de concepções do “senso comum”, especialmente quando manipularam ideias de “papéis de gênero” e essencialismos sobre as supostas ‘naturezas’ feminina e masculina. Além disso, a evidência das críticas ao feminismo e ao sufragismo advirem de diversos espectros políticos joga luz em uma questão sintomática: A busca pela emancipação feminina se tornou, aos olhos de seus críticos, um assunto prioritariamente *moral*. Portanto, a busca pela compreensão dos aspectos dessa marginalização política é um passo significativo dentro do necessário esforço para analisar, historicamente, as desigualdades de gênero e suas implicações.

Referências bibliográficas

- ADAMS, Jad. *Woman and the Vote – a world history*. New York: Oxford University Press, 2014.
- ALAVARCE, Camila da Silva. A ironia e suas refrações: um estudo sobre a dissonância na paródia e no riso. 2008. 212 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102407>>.
- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo – a luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Tradução de Sergio Milliet. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Edusp, 1999.
- CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho (orgs). *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015, p.114-136.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, v. 4, p. 37-47, 1995.

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

CORRÊA, Felipe Botelho. Os leitores de caricaturas da Belle Époque brasileira: o caso da revista ilustrada *Careta* (1908-1922). *Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v. 8, n.1, p. 71-97, janeiro-junho, 2012.

CRESCÊNCIO, C. L. Uma feminista, Eva e um padre entram em um bar: religião e humor gráfico na imprensa do Brasil e da Argentina. In: *III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade*, 2018, Rio Grande. Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. v. 1. p. 1-9.

DEVREUX, A.; LAMOUREUX, D. Les antiféminismes : une nébuleuse aux manifestations tangibles. *Recherches féministes*, v. 25, p. 3-14, 2012.

FONSECA, Joaquim. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1999.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade – A vontade de saber*. Vol. 1, Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FRANCO, Stella Maris Scatena. *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no Século XIX*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008,

FRANK, Ana. *Feminism and Islam – Turkish woman between the Orient and the West*. Ljubljana: Peace Institute – Institute for Contemporary Social and Political Studies, 2014.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. Tradução de Eduardo F. Alves. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Modos da representação política - O experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HUNT, Tamara. Desumanizando o outro – a imagem do “oriental” na caricatura inglesa (1750-1850). In: LUSTOSA, Isabel (org.) *Imprensa, humor e caricatura – A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ISMÉRIO, Clarisse. *Mulher - a moral e o imaginário (1889 - 1930)*. Porto Alegre: PUCRS. 1995.

KARAWJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850 - 1932)*. 398f. Tese (Doutorado em História Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LE MOS, Aline de Castro. *Gênero e Ciência na Ficção científica de Berilo Neves*. 111f. Tese (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2014.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, v. 1.

LUSTOSA, Isabel. O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MIGUEL, Luís Felipe. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe : A igualdade e a diferença. In: *Feminismo e Política: uma introdução..* São Paulo: Boitempo, 2014.

OLIVEIRA, C.; VELLOSO, M. P.; LINS, V. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PEREIRA, Ivonete; BALTHAZAR, Gregory da Silva. Essencialismo. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. *A mulher brasileira, direitos políticos e civis*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1962.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás R. Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau. (org): *História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Crocodilos, satíricos e humoristas involuntários: Ensaio de História Cultural do Humor. São Paulo: Intermeios, 2018.

SCHWARCZ, Lilia M. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, pp. 71-99. 1995.

_____. Género e historia. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

SKINNER, Quentin. *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo/RS: Editora da UNISINOS, 2002.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.15, p.97-117, setembro-dezembro, 2000.

_____. Sutileza, ironia e zombaria: instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: MURARO, Rose Marie; PUPPIN, Andrea Brandão (orgs.) *Mulher, Gênero e Sociedade*, Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ, 2001.

Os essencialismos de gênero pelo viés da ironia: o antifeminismo em publicações das revistas ilustradas humorísticas *O Malho* e *Careta*

_____. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 591-612, Dec. 2005.

_____. Preconceitos nas charges de *O Pasquim*: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Artcultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, Jan-Jun, 2007.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As distintas retóricas do moderno. In: OLIVEIRA, C.; VELLOSO, M. P.; LINS, V. *O moderno em revistas: representações do Rio de Janeiro de 1890 a 1930*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WHITE, Hayden. "Teoria literária e escrita da história". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, v. 7, n. 13, p. 21-48, 1994.

Imagens

Figura 1: 'O segredo e a indiscrição', *O Malho*, 2 de junho de 1928. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/66113> > último acesso em janeiro/2019.

Figuras 2 e 3: 'No Oriente – a mulher persa', *O Malho*, 10 de março de 1928. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/65250> > último acesso em janeiro/2019.

Figura 4: 'Mulheres brasileiras escravizadas na Syria', *O Malho*, 17 de março de 1928. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em < <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/65323> > último acesso em janeiro/2019.